

PARECER Nº 8/2026

INTERESSADO: Comissões Permanentes

EMENTA: EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 106.2025 / MEDICAMENTOS E EXAMES PRESCRITOS NA REDE PRIVADA / ACEITAÇÃO PELA REDE SUS / UNIVERSALIZAÇÃO DA SAÚDE / CRIAÇÃO DA RELAÇÃO MUNICIPAL DE EXAMES ELEGÍVEIS - REMELE / REGULAMENTAÇÃO PELO PODER EXECUTIVO / EXCLUSÃO DE EXAMES LABORATORIAIS / LEGAL E CONSTITUCIONAL

PARECER JURÍDICO

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade da Emenda Aditiva e Modificativa nº 16/2025, que “acrescenta e altera dispositivos ao Projeto de Lei nº 106, de 9 de outubro de 2025, dispõe sobre o Direito de Acesso, na Rede Pública Municipal de Saúde, a Exames e Medicamentos Prescritos por Médicos da Rede Privada.”

A emenda em questão torna o projeto original mais exequível, vez que passa ao Poder Executivo a possibilidade de relacionar quais os exames elegíveis contemplados pela legislação, criando assim o REMELE, nos mesmos moldes da Relação de Medicamentos (REMUME).



Ademais, exclui da possibilidade de serem atendidos pela legislação presente, os exames laboratoriais, que poderiam onerar em demasia o erário municipal.

É o breve relato dos fatos.

II – DO MÉRITO

Cumpra salientar que emendas aos projetos de lei são de iniciativa exclusiva de qualquer vereador, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa:

“Art. 4º A função legislativa consiste em deliberar por meio de emendas à Lei Orgânica, de leis complementares, de leis ordinárias, de leis delegadas, de decretos legislativos e de resoluções, sobre todos os assuntos de competência do Município.

Art. 130. As emendas podem ser:

I - supressivas;

II - substitutivas;

III - aditivas;

IV - modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que suprime qualquer parte de outra proposição.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição que se apresenta como sucedânea de outra proposição.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra proposição.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra proposição.

(...)”

A alteração proposta pelos vereadores autores mantém a pertinência temática do projeto original, aumentando a possibilidade de



execução da legislação, vez que somente os exames elegíveis elencados em uma lista elaborada pelo Poder Executivo estarão abarcados pela lei, criando-se assim o REMELE, nos mesmos moldes da Relação de Medicamentos (REMUME).

Por fim, exclui da possibilidade de serem atendidos pela legislação presente, os exames laboratoriais, que poderiam onerar em demasia o erário municipal.

Salienta-se, que a emenda deve ser submetida à apreciação das mesmas comissões permanentes do projeto original: Comissão de Legislação, Constituição, Justiça, Ética e Decoro Parlamentar e Redação Final (art. 62, I, “a” do R.I) e Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente (art. 62, III, “a” do R.I),

Ressalta-se, por fim, que o *quorum* das deliberações do projeto em questão, é de **maioria simples**, conforme preleciona o art. 179, § 4º, c/c art. 146, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal, e em **única discussão**, nos termos do art. 56 do mesmo diploma legal, caso aprovados nas Comissões Permanentes. Vejamos:

Art. 146. Os projetos de lei, de resolução, de decreto legislativo, de substituto, de emendas e de subemendas terão o mesmo trâmite, salvo exceções previstas na Lei Orgânica ou no Regimento Interno.

III - CONCLUSÃO

Neste sentido, por tudo quanto exposto, opino pela **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE DA EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA Nº 16/2025**, que “acrescenta e altera dispositivos ao Projeto de Lei nº 106, de 9 de outubro de 2025, dispõe sobre o Direito de Acesso, na Rede Pública Municipal



**CÂMARA DE
VEREADORES DE
RIO DO SUL**

de Saúde, a Exames e Medicamentos Prescritos por Médicos da Rede Privada.”

Cabe explicitar que tal parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar a presente emenda.

É o parecer, *sub censura*

Rio do Sul, 28 de janeiro de 2026.

ROBERTO ANDRADE BASTOS
Procurador Jurídico
OAB/SC 31.757
[Assinado Digitalmente]